

A saga dos colonos japoneses que chegaram ao Planalto Central em 1957 com a missão de criar um cinturão verde em torno de Brasília

FERNANDA LAMBACH/ TEXTOS
CARLOS VIEIRA/ FOTOS

Persistência, paciência, obstinação. Hataraku (trabalhar) é o verbo mais praticado pelos japoneses e nipo-brasileiros que moram em Vargem Bonita, núcleo rural ligado à Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. Foi assim desde o início da construção de Brasília, quando Israel Pinheiro, a pedido de Juscelino Kubitschek, convidou famílias japonesas para cultivar as terras que até então pareciam indomáveis. Durante dois anos o solo ácido e úmido havia dado uma surra em todos os que tentavam explorá-lo. De 1957 para cá, os japoneses cumpriram a missão, criando o cinturão verde que abastece Brasília e outras cidades do Distrito Federal. Hoje, Vargem Bonita — com seus 300 hectares de terras cultiváveis — é responsável por 40% do abastecimento do mercado do Distrito Federal com alface, o principal produto. São produzidas 220 mil caixas de sete quilos de alface por mês, o que movimenta R\$ 1,1 milhão por ano, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF). Das 67 chácaras do local, 43 ainda pertencem aos colonos japoneses e seus descendentes. É bem verdade que muitos nisseis e sanseis costumam passar temporadas longas a trabalho no Japão para fazer poupança. São os dekasseguis. Os mais velhos, no entanto, quando vão ao país de origem é a passeio. Não admitem se afastar por muito tempo das terras que cultivam aqui. Acordam cedo e só param de trabalhar quando o sol se põe. “Japonês é burro. Só sabe trabalhar. Não ‘preguiça’ nunca. Nem sábado, nem domingo, nem feriado. Brasileiro é mais alegre. Viaja. Japonês não sai nunca”, diz o produtor Y. Niho, da chácara 19.

Mania de trabalho

As histórias das famílias japonesas que chegaram ao Planalto Central são parecidas. O sofrimento do passado ficou como lição para as novas gerações. As situações mais difíceis não são descritas em detalhes para os estrangeiros. Os japoneses e seus descendentes não gostam de falar muito, nem de contar vantagens. Trabalham sem pressa no campo, buscando aperfeiçoar técnicas, progredir e melhorar o país que abraçaram.

Alguns levaram mais tempo para se acostumar com a mudança de cultura. É o caso de Shigeo Koyama, 65 anos. Veterinário formado em Tóquio, ele não encontrava emprego. Resolveu que viria para o Brasil trabalhar com agricultura. Antes da aventura, foi a Ishikawa, a 250 quilômetros da capital japonesa, para aprender o ofício. Ao chegar aqui, constatou que até as ferramentas brasileiras eram muito diferentes das usadas no Japão. Koyama desembarcou com os pais em São Paulo, em 1958. No ano seguinte, veio para Brasília e passou meses no Riacho Fundo até que, em 1960, mudou-se para Vargem Bonita.

Shigeo só começou a se adaptar ao estilo de vida brasileiro nove anos depois de chegar ao país, quando conheceu a mulher, Toyoko. Com ela, teve três filhos. A mais velha casou-se no Japão e não deve voltar a morar no Brasil. Os outros dois estão em Brasília. Naoky é quem toca os negócios da chácara com o pai. Bem brasileiro, o rapaz de 29 anos reclama apenas de não ter um nome em português como grande parte dos sanseis e nisseis.

Mas o jovem se orgulha da força da família japonesa. A qualquer hora do dia, é fácil encontrar os avós dele, Tatsuo Koyama, 90 anos, e Miino Koyama, 84 anos, tratando da plantação ou cuidando das tarefas de casa. Anos de Brasil não tiraram a mania de trabalhar incansavelmente.

A hora de descanso inclui assistir à tevê japonesa NHK, que traz notícias da pátria e do mundo todo, ler algum jornal japonês editado em São Paulo ou ouvir música japonesa. “Ainda não consegui me acostumar com o samba”, diz Shigeo Koyama.

Assim como ele, a maioria dos japoneses vizinhos raramente assistem aos telejornais brasileiros. Têm que fazer muita força para seguir o ritmo das narrações dos apresentadores e repórteres. “A gente também não tem muito tempo para isso.”

Viver em liberdade

Gaijin, em japonês, significa estrangeiro. Era assim que os imigrantes chamavam os brasileiros quando aqui chegaram. Antes da Segunda Guerra Mundial, muitos pensavam em vir para cá, fazer dinheiro, e depois retornar ao país de origem. Quando o Japão perdeu a guerra, os imigrantes decidiram ficar. Muitos já haviam constituído família. Já tinham raízes no Brasil.

O professor Michio Yamaguchi, 92 anos, conta que foi o pacifismo que o convenceu a migrar. Depois da guerra contra a China, o país caminhava cada vez mais para a militarização. Em 1933, Yamaguchi desembarcou em São Paulo. “Não concordo com a guerra. Vim para o Brasil sem pensar em voltar ao Japão. Tinha o sonho de viver em maior liberdade”, relata. Yamaguchi trabalhou com terra em São Paulo e Goiás. Em 1977, mudou-se para Brasília e passou a lecionar japonês. Embora não tenha trabalhado em Vargem Bonita, conhece muito bem a história dos compatriotas que moram naquela região.

Tem jornais e documentos que narram como foi formada a primeira cooperativa agrícola de Brasília. Segundo ele, tudo começou no Riacho Fundo, mas como não havia muito espaço, Israel Pinheiro, presidente da Novacap, destinou a área de Vargem Bonita, entre o setor de Mansões Park Way e o Núcleo Bandeirante, para criar o cinturão verde de Brasília.

“No início não havia sementes, adubo, ferramentas. Não havia mercado consumidor. Foi por intermédio da Cooperativa Agrícola Mista de Brasília que as famílias japonesas conseguiram o que precisavam”, relata Yamaguchi. Fundada em 6 de março de 1958, a cooperativa contava com três famílias. Em 1960, já eram 140. “Em 1963, infelizmente, a cooperativa abriu falência e os agricultores tiveram que se virar sozinhos.”

Ritual dos Uema

O oratório ocupa o lugar de destaque na sala. Na casa dos Uema, os mortos são reverenciados diariamente. O retrato do pioneiro Seyfuko Uema, que morreu em 1982, tem destaque. Mas lá também estão as fotos do avô e da mãe de Kiyohide. Toda manhã, um copo d'água é colocado próximo às fotos como determina o ritual. Em seguida, um incenso é aceso. Dentro de pequena caixa com dizeres budistas, estão os nomes de todos os mortos da família, escritos em papel especial. A cada 15 dias são trocadas as flores que enfeitam o oratório, bem como o chá dedicado aos que se foram.

A maioria dos japoneses é xintoísta, presta culto aos antepassados. Também há muitos budistas. No Brasil, os descendentes mantiveram os costumes da família. Kiyohide Uema é brasileiro nato, de São Paulo, mas faz questão de proceder como o pai ensinou. Não se importa que a família frequente rituais de diferentes religiões. Afinal: "Deus é um só."

Kiyohide não sabe por que o ritual determina que seja oferecido água, chá ou incenso para os mortos. Mas mantém a cerimônia. Assim como, religiosamente, cumpre a missão de cuidar da chácara que ergueu com o pai.

Seyfuko Uema saiu do Japão em 1934 também fugindo da guerra. Tinha notícias de que no Brasil havia muitas terras para serem cultivadas, que os brasileiros recebiam muito bem os imigrantes. Uema desembarcou em Santos com todas as expectativas do mundo e sem falar uma palavra de português.

Foi trabalhar nos cafezais do interior de São Paulo. Depois decidiu cultivar terras para a família, mas como não eram suas, e sim do governo, perdeu tudo. Que remédio? Correr atrás de outras terras e trabalhar. "Meu pai caminhava para lá e para cá", recorda-se Kiyohide. Tinha de alimentar nove filhos: Aonde chegava com a família, tinha um hábito: antes de qualquer coisa, mandava construir uma escola. Assim, educou os filhos e as crianças de outras famílias japonesas. Ao construir a escola, se não houvesse professor do serviço público para trabalhar, ele mesmo contratava.

JAPÃO — SÃO PAULO — BRASÍLIA

CORREIO BRAZILIENSE

A imigração japonesa no Brasil começou em 18 de junho de 1908 quando o primeiro barco de imigrantes chegou ao porto de Santos, em São Paulo, com 781 pessoas. Até o início da Segunda Guerra cerca de 245 mil japoneses migraram para cá. Durante a guerra houve uma interrupção. O processo foi reiniciado em 1957. Nos anos 80, vieram mais 56 mil japoneses. Os primeiros a chegar substituíram a mão-de-obra italiana na lavoura de café. Cada um tinha um contrato de até três anos com os patrões, que também custeavam parte das despesas da vinda. Acabado o contrato, os japoneses continuavam no campo.

Depois da guerra, os japoneses vieram para trabalhar em outros setores, como a criação de bicho da seda e produção de vegetais para a Grande São Paulo, a principal porta de entrada no Brasil. Mas também chegaram via Belém, onde introduziram a cultura da pimenta-do-reino. Em Monte Alegre (PA), a produção foi de juta. No Paraná, ramí (usada na indústria têxtil).

Os que vieram para Brasília já viviam no Brasil. Eles foram convocados à época da construção da cidade. O primeiro presidente da Novacap, Israel Pinheiro, queria criar um cinturão verde para o abastecimento de alimentos. Conta a história que se não fossem os japoneses para domar o solo do cerrado, ninguém mais domaria.

O primeiro contato de Israel Pinheiro com os orientais foi por meio da Colônia Agrícola de Cotia, em São Paulo, basicamente formada por japoneses e seus descendentes. Eles vieram conhecer Brasília e não gostaram do que viram. Alguns toparam o desafio. Os primeiros núcleos foram Riacho Fundo e Vargem Bonita. De lá, os japoneses foram para outras áreas, como Vicente Pires, Recanto das Emas e Brazlândia. A população de japoneses agricultores em Brasília chegou a cerca de 5 mil. Eles eram responsáveis pelo abastecimento de hortaliças e frutas.

De 1958 até 1960, a terra era distribuída pelo governo, porque havia resistência em se mudar para Brasília, por causa da dificuldade de cultivo. Hoje estima-se em cerca de 50 mil o número de japoneses e seus descendentes no Distrito Federal. (Dalila Góes)

Pequenos *nikkeis*

Os netos de Shinichi Yoshida — Ivan, 12 anos, Heloisa, 10 anos, Danilo, 8 anos, e Rebeca, 3 anos — gostam da terra. Cresceram na paz das chácaras de Vargem Bonita, onde o barulho das folhas das plantações e dos insetos é o som ambiente. Mas têm sonhos diferentes. Heloisa quer fazer Direito e ser promotora de Justiça.

Na Escola de Ensino Fundamental Vargem Bonita, as crianças Yoshida dividem a sala de aula, o parquinho e o pátio com outras descendentes de japoneses. Brasileirinhos de olhos puxados, eles estão acostumados a ouvir em casa expressões como *ohayô gozaimassu* (bom-dia), *konnitiwá* (boa-tarde), *kombanwá* (boa-noite) e *arigatô* (obrigado).

Nenhuma das crianças visitou o Japão e todos têm o mesmo sonho: conhecer tios, primos, avós de quem ouvem falar, mas com quem nunca estiveram. Bruna Harume, 10 anos, tem o olho arredondado, que não esconde a mistura oriental e ocidental. Ela garante que irá ao Japão quando tiver 18 anos. E está se preparando para isso. Quer trabalhar “em um monte de coisas”, ainda não sabe quais.

Heloisa pensa diferente, enquanto ouve música japonesa em seu gravador *pink* da Hello Kitty, ou tira fotos com a máquina da Barbie. Conhecer o Japão? Sim. Mas só como visita. Vai estudar no Brasil. O irmão Danilo acredita que sua pátria é bem melhor do que o Japão: “Aqui não tem terremoto”.

O assistente administrativo da escola, Yoshihiro Kano, 46 anos, conta que a comunidade teve dois momentos. Antes do final dos anos 80, anos 90, havia mais *nikkeis* nas salas de aula. Com a saída de filhos e netos de japoneses para tentar a vida no Japão, diminuiu o número de pequenos *nikkeis* no colégio. “Muitos *dekassegus* mudaram de ramo quando voltaram. Passaram para o comércio e saíram daqui.”

Segundo Yoshihiro, muitas famílias se desintegraram com a partida dos *dekassegus*. O cinturão verde de Brasília, sustentado pelos nipo-brasileiros, também foi atingido. “A área foi descaracterizada”, afirma.

Quanto ao futuro, uma incógnita. Vargem Bonita está deixando de ser competitiva e perde mercado para outras áreas mais novas como Ceilândia, Brazlândia, Gama e Rio Preto. O agrônomo Marcelo Lima, da Emater-DF, avisa que os agricultores da área precisam apostar na melhoria de processos, principalmente na certificação dos produtos, na criação de uma marca de segurança de alimentos, o que incluiria o uso racional de agrotóxicos e todos os cuidados com saneamento rural. ■